

Diretoria de Transferência de Benefícios - DIBEN
Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão - SUDEL



F I E S

FINANCIAMENTO

ESTUDANTIL

Diretoria de Transferência de Benefícios - DIBEN
Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão - SUDEL

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO 2000

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

JANEIRO/2001

Sumário

1. Apresentação.....	4
2. Execução do Programa	4
2.1.Origem dos Recursos.....	4
2.2.Descentralização Orçamentária.....	5
3. Indicadores de Gestão.....	5
3.1. Estudantes Beneficiados	6
4. Medidas Implementadas pela Caixa na Administração do FIES.....	6
4.1. Inscrição do Estudante pela Internet.....	6
4.2. Consulta da Relação de Estudantes na Internet para IES.....	6
4.3. Unificação dos Bncos de Dados dos Processos Seletivos.....	6
4.4. Rotina de Liquidação dos Contratos.....	7
4.5. Criação do Módulo de Auditoria.....	7
4.6. Criação do Módulo de Segurança	7
4.7. Aditamento Automático de Contrato.....	7
4.8. Declaração Previdenciária via Internet	8
4.9. Emissão de GPS Eletrônica	8
4.10.Interface com o INSS para Repasse Eletrônico das Declarações Previdenciárias	8
5. Transferências de Recursos.....	8
5.1. Repasse do FIES às Mantenedoras.....	8
5.2. Resumo das Operações.....	9
5.2.1.Quantidade e Valor dos Contratos Realizados em 2000.....	10
5.2.2.Valores Devidos à CAIXA pelo Pagamento da Prestação dos Serviços.....	10
6. Impacto Sócio-Econômico	11

1. Apresentação

O FIES, Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação – MEC.

O FIES foi criado pela MP nº 1.827, de 27/05/99, regulamentado pelas Portarias MEC nº 860, de 27/05/99 e 1.386/99, de 15/19/99 e Resolução CMN 2647, de 22/09/99.

As reedições da MP nº 1.827 foram:

MP nº 1.865-2, em 29/06/1999;

MP nº 1.972-8, em 10/12/1999 e;

MP nº 2.094-22, em 27/12/2000.

A CAIXA é administradora dos ativos e passivos e agente operador do FIES, além de agente financeiro responsável pela concessão de financiamentos aos estudantes.

Tiveram direito ao financiamento os estudantes aprovados pelas Comissões Permanentes de Seleção, cujas inscrições se deram conforme cronograma divulgado pelo MEC.

2. Execução do Programa

2.1. Origem dos Recursos

Os recursos do FIES são oriundos de dotação orçamentária do MEC, retorno de financiamentos e recursos de loterias não utilizados pelo antigo Programa de Crédito Educativo – PCE.

2.2. Descentralização Orçamentária

Para execução orçamentária e financeira é utilizada a Unidade Gestora 155002-CEF/FIES, Gestão 00001 (Tesouro), vinculada ao órgão MEC e executada pelo Agente Operador Caixa no SIAFI – Sistema de Administração Financeira.

Para atender às contratações de financiamento e ao pagamento das taxas de administração aos Agentes Operador e Financeiros do FIES, foram descentralizados pelo Ministério da Educação, no exercício de 2000, crédito orçamentário inicial no valor de R\$ 809.317.960,00 e suplementação de R\$ 52.613.872,00, perfazendo um total de R\$ 861.931.832,00 nas rubricas orçamentárias 12.128.0041.4556 (33.90.00) e 12.128.0041.0579 (45.90.66).

Foram disponibilizados recursos financeiros na ordem de R\$ 20 milhões e, dos créditos orçamentários, inscritos o montante de R\$ 559.530.107,49 em Restos a Pagar – RP, para garantir as contratações e aditamentos relativas ao exercício de 2000 não finalizadas até 29/12/2000.

3. Indicadores de Gestão

O exercício de 2000 foi dedicado à consolidação do processo operacional do Fundo de forma a conferir-lhe transparência, modernidade, segurança, racionalização de processos e comodidade a todos os seus participantes.

O item 4, Medidas Implementadas, ilustra o principal foco de gestão do programa em 2000.

Ressalte-se que o principal indicador de gestão refere-se à capacidade do programa em atingir seu objetivo de financiar estudantes carentes do ensino superior não gratuito.

Neste contexto, das 100 mil contratações pretendidas pelo Ministério da Educação, o FIES encerrou o exercício com um desempenho de 103%.

3.1. Estudantes Beneficiados

Aos 67.202 financiamentos existentes no ano de 1999 somaram-se 35.299 contratações, em 2000, totalizando 102.501 estudantes beneficiados.

4. Medidas Implementadas pela Caixa na Administração do FIES

4.1. Inscrição dos Estudantes pela Internet

A inscrição de estudantes no Processo Seletivo no 1º semestre de 2000 foi realizada pela Internet com grande racionalização de custos e comodidade dos participantes.

4.2. Consulta da Relação de Estudantes na Internet para IES

Além de impressa como documentação, a consulta de relação de estudantes contratados/aditados proporcionou melhores condições de controle e gerenciamento do programa.

4.3. Unificação dos Bancos de Dados dos Processos Seletivos

As informações dos distintos processos seletivos foram unificadas, passando a ser tratadas como uma única base de dados, o que proporcionou melhores condições operacionais de controle e gestão.

4.4. Rotina de Liquidação dos Contratos

Conclusão da rotina de liquidação de contratos disponibilizando informação de saldo devedor para este fim.

4.5. Criação do Módulo de Auditoria

O módulo de auditoria registra todas as operações realizadas por cada usuário do FIES, por dia e hora, permitindo a averiguação do autor de uma determinada transação efetuada no sistema.

4.6. Criação do Módulo de Segurança

O módulo segurança escalona os usuários em níveis de acesso, bem como criptografa os dados enviados pela Internet, utilizando o sistema SSL de 128 bits.

4.7. Aditamento Automático de Contrato

A nova concepção de aditamento foi implantada no segundo semestre de 2000 e permitiu aos estudantes que não apresentassem alterações contratuais a renovação de seus contratos na própria instituição de ensino. A inovação se traduziu em melhoria do atendimento, racionalização do processo e redução de custos nas unidades dos agentes financeiros credenciados.

4.8. Declaração Previdenciária via Internet

Os recolhimentos previdenciários são efetuados via Internet, facilitando às IES contribuintes e credenciadas ao FIES o pagamento e controle de suas obrigações junto ao INSS.

4.9. Emissão de GPS eletrônica

As GPS são disponibilizadas na Internet com autenticação eletrônica para impressão, servindo como comprovante da IES.

4.10. Interface com o INSS para Repasse Eletrônico das Declarações Previdenciárias

Os valores declarados à Previdência Social são repassados ao INSS por meio de sistema eletrônico, nos moldes da FEBRABAN.

5. Transferências de Recursos

5.1. Repasses do FIES às Mantenedoras

O valor total repassado às Mantenedoras para pagamento do Financiamento Estudantil – FIES foi de R\$ 415.020.029,11 (quatrocentos e quinze milhões, vinte mil, vinte e nove reais e onze centavos), conforme segue:

Relação de Repasses às Mantenedoras, por data de emissão.

Valores em R\$ 1,00

Data do Repasse	Nome do Título	Quantidade de Títulos Repassados
01/01/00	HSTN-001	73.374.395
01/03/00	HSTN-002	37.974.917
01/04/00	HSTN-003	7.381.514
01/06/00	HSTN-004	49.700.410
01/07/00	HSTN-005	51.152.154
01/08/00	HSTN-006	59.390.293
01/09/00	HSTN-007	19.754.710
01/11/00	HCFTE -E1130	50.001.161
01/12/00	HCFTE -E1231	66.292.178
TOTAL		415.021.732

Fonte: CAIXA/SUCOF/GEFIN

Nota: Os certificados ficam custodiados na conta da Caixa na CETIP n.º 7.104.010-9

5.2. Resumo das Operações

O presente Relatório considerou a base de dados do Sistema Operacional atualizada até 28 DEZ 2000.

No exercício de 2000, foram emitidos 415.021.732 de Certificados Financeiros do Tesouro Série E – CFT-E, tendo sido custodiados na Caixa, para repasses às Mantenedoras, o equivalente a R\$ 415.023.523,24 (quatrocentos e quinze milhões vinte e três mil quinhentos e vinte e três reais e vinte e quatro centavos).

Diretoria de Transferência de Benefícios - DIBEN
Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão - SUDEL

Desse total, R\$ 119.553.054,10 estavam inscritos em Restos a Pagar referente às contratações de 1999, R\$ 61.108.195,72 se destinaram a novas contratações e R\$ 234.359.829,29 para os aditamentos de contratos no exercício.

Prevê-se que entre contratações, aditamentos e despesas de 2000 ainda serão pagos, aproximadamente, R\$ 55 milhões no exercício de 2001.

Desta previsão, R\$ 44 milhões são relativos à liberação do último sexto às Instituições de Ensino, R\$ 6,5 milhões referentes às regularizações de contratos pendentes na base do sistema operacional e R\$ 4,5 milhões a título de taxa de administração.

5.2.1. Quantidade e Valor dos Contratos Realizados em 2000.

O valor total dos saldos devedores dos contratos até o final do exercício foi de R\$ 457.203.172,70 (Quatrocentos e cinquenta e sete milhões, duzentos e três mil, cento e setenta e dois reais e setenta centavos), totalizando 102.501 contratos.

5.2.2. Valores Devidos à CAIXA pelo Pagamento da Prestação dos Serviços

O crédito orçamentário para as despesas de taxas de administração dos agentes operador e financeiro foi autorizado no final do exercício de 2000. No entanto, não foi realizado durante o exercício e ficou programado para o início de 2001.

Crédito Orçamentário Autorizado - Taxas de Administração

Valores em R\$ 1,00

Fato Gerador	Favorecido	Percentual Utilizado	Taxa de Administração
Disponibilidades do Fundo	Agente operador	0,2%	22.966,85
Liberações ao Agente Financeiro	Agente operador	0,3%	664.715,88
Saldo Devedor dos Contratos	Agente financeiro	1,5%	3.403.018,02
TOTAL			4.090.700,75

Fonte: CAIXA/SUDEL/GEDUC

Diretoria de Transferência de Benefícios - DIBEN
Superintendência Nacional de Distribuição de Serviços ao Cidadão - SUDEL

Os valores do quadro acima referem-se ao período de janeiro a novembro de 2000.

As taxas de administração referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento ainda não foi autorizado pelo MEC, totalizam R\$ 688.154,95 dos quais R\$ 571.503,97 devidas ao agente financeiro e R\$ 116.650,98 ao agente operador.

6. Impacto Sócio-Econômico

A ampliação do acesso ao ensino superior é uma prioridade do Governo Federal. Nesse contexto o FIES, após um ano e meio de implantação, permitiu o ingresso de 102.501 estudantes carentes no ensino de terceiro grau.

Concebido, também, de forma a incentivar a adimplência das contribuições previdenciárias, o programa repassou R\$ 415.023.523,24 às 605 instituições de ensino credenciadas e desse total, R\$ 310.585.503,90 foram recolhidos ao INSS .

Brasília, 14 de Fevereiro de 2001

EMÍLIO CARAZZAI

Presidente